REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 N. 8

Janeiro-Junho 2019 | ISSN: 2448-0576

Attribution-ShareAlike 4.0 International

DIMENSÕES JURIDICAS TRANSNACIONAIS AMBIENTAIS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

ENVIRONMENTAL TRANSNATIONAL LEGAL DIMENSIONS: A REVIEW OF THE LITERATURE

Mário Jonas Freitas Guterres ¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo discutir sobre as dimensões jurídicas transnacionais ambientais, mediante uma revisão da bibliográfica. Países que dividem um mesmo ecossistema precisam encontrar soluções conjuntas de proteção ambiental e a exploração sustentável dos recursos naturais, de maneira a não desequilibrar o meio ambiente, e manter, de forma consciente, uma estrutura de vida natural que não vá desaparecer no futuro. Por fim, se faz necessária uma maior colaboração jurídica e do poder público entre as nações, de forma a garantir a sustentabilidade do crescimento e da existência humana sem romper com a extinção da natureza como a conhecemos, uma vez que a atual legislação ambiental ainda é insuficiente para atingir os objetivos da qual ela foi proposta.

Palavras-chave: Meio ambiente. Transnacionalismo. Direito.

Abstract

The purpose of this article is to discuss the transnational environmental legal dimensions, through a bibliographical review. Countries that share the same ecosystem need to find joint solutions for environmental protection and the sustainable exploitation of natural resources, so as not to unbalance the environment, and to consciously maintain a natural structure of life that will not disappear in the future. Finally, there is a need for greater legal and public collaboration between nations, in order to guarantee the sustainability of human growth and existence without breaking with the extinction of nature as we know it, since the current environmental legislation is still insufficient to achieve the objectives for which it was proposed.

Keywords: Environment. Transnationalism. Law.

¹ Doutorando em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Mestre em Relações Internacionais. Porto Velho, Rondônia, Brasil. E-mail: mariojonasguterres@yahoo.com.br.

Introdução

O processo de globalização resultou em uma nova configuração do cenário mundial, uma vez que o fluxo social, econômico, cultural e político, mediante a rapidez na disseminação das informações e deslocamento de pessoas, passaram a modificar as relações humanas. Desta forma, as relações estatais encontram desafios antes inexistentes, frente a nova dinâmica internacional.²

A valorização do bem comum, dos direitos humanos e do meio ambiente são temas que passaram a ter uma dimensão global e transnacional, tanto para os órgãos não governamentais como para o Estado transnacional. Estes e outros assuntos transcendem as fronteiras e passa a ser de objetivo comum, com foco nas relações internacionais e na qualidade de vida da população mundial.³

Neste sentido, surge a necessidade de se discutir o direito ambiental do ponto de vista transnacional, uma vez que este possui como uma das suas características a necessidade pela garantia da sobrevivência da humanidade, tendo como base a preservação do meio ambiente. Este direito parte do olhar planetário, solidário, colaborativo e fraterno entre as Nações, uma vez que os esforços conjuntos possuem um maior alcance e resultados mais efetivos. A quebra das fronteiras, reforçada pelo processo de globalização, fragilizou os Estados enquanto soberanos no domínio dos seus territórios, desta forma, o direito ambiental passa a ser um mecanismo multilateral no estabelecimento de normas de proteção ambiental.⁴

² LASMAR, J. M. O direito internacional e o transnacionalismo. **Revista Brasileira de Direito Internacional**.

V. 2, n. 2. 2016. Disponível em: <<http://www.indexlaw.org/index.php/direitointernacional/article/view/1648/pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018. Página 02; 2016.

³ CATAFESTA, S. R. Transnacionalismo: estado de direito laico e equilibrado. **Revista Justiça do Direito**. V. 27, n. 2. 2013. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/4682>>. Acesso em: 30 abr. 2018. Página 02; 2013.

⁴ PHILIPPI, Patricia Pasqualini; ZICARELLI, Leonardo. O direito transnacional ambiental e a proteção do direito ao desenvolvimento humano. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.8, n.3, 3º quadrimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Página 02; 2013.

As atividades comerciais globais também sofrem grande influência das dimensões jurídicas transnacionais ambientais, uma vez que alguns Estados e instrumentos internacionais estabelecem comportamentos ecologicamente responsáveis das empresas privadas. Assim, observa-se que o desenvolvimento sustentável, aliado as questões ambientais transnacionais, passou a ser um novo desafio para as dimensões jurídicas que ultrapassam as fronteiras dos Estados, e passam a tratar de assuntos de interesse comum do ponto de vista global.⁵

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo discutir sobre as dimensões jurídicas transnacionais ambientais, mediante uma revisão da bibliográfica.

1 As Relações do homem com o meio ambiente

Os povos antigos, gregos, egípcios, fenícios e maias, reconheciam a importância do meio ambiente, não somente na conjuntura da sobrevivência, mas, também, na concepção da importância de uma estabilidade natural do planeta Terra. Sob diversas religiões, ideologias e concepções, o meio ambiente é tratado de diversas maneiras na história da humanidade. Antes do período colonial havia pouco conhecimento sobre os ecossistemas diferentes daqueles já conhecidos pela comunidade europeia da época. Houve uma grande expansão das cidades e, diretamente relacionado a isso, o aumento no consumo de alimentos e recursos naturais para a sobrevivência humana.

Na era colonial, entre os séculos XV e XVI, a exploração dos recursos naturais era desenfreada, houve ocupação de espaços ainda inexplorados de regiões como o Brasil. A extração e exploração devastadora de recursos naturais em todo o mundo foram crescentes e alimentadas pelo mercado consumidor europeu sem qualquer preocupação com o uso sustentável, já que

⁵ANDRADE, P. P. A emergência do direito transnacional ambiental. **Revista de Direito Internacional**, v. 13, n. 3. 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4491/pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018. Página 03; 2016.

sustentabilidade não era conhecida naquele período da história da humanidade.⁶

Diante da grande demanda do crescimento social e econômico dos países europeus, existia a necessidade de exploração de recursos naturais para fomentar o crescimento destes países. Assim, concomitantemente com as necessidades comerciais, as explorações ao novo mundo fizeram-se necessárias para a sustentação do sistema e da ordem econômica dos países europeus. Desta maneira, pela ausência total de conhecimento sobre exploração sustentável dos recursos naturais, houve uma exploração desenfreada e despreocupada com qualquer consequência deste movimento exploratório.

Durante o período da revolução industrial, o crescimento das estruturas fabris ao redor do mundo possibilitou uma escalada nos índices de poluição no planeta de forma descomprometida com o meio ambiente e com a saúde humana. Naquele momento não havia um sentimento de importância ambiental e quais os resultados da ação descontrolada do homem no meio ambiente.⁷

As máquinas e as fábricas eram movidas a vapor por combustão, sendo muito utilizado o carvão e a madeira, resultando não somente na piora das condições de saúde da população residente aos arredores, como também na saúde dos próprios trabalhadores.

Na metade do século XIX, com os estudos de Darwin e outros cientistas, a sociedade começou a olhar o meio ambiente com outra perspectiva, e assim fortalecer o sentimento ambientalista. Acidentes com indústrias, a poluição, dentre outras questões, chamaram a atenção da comunidade internacional para o problema.⁸

⁶ DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, dez. 1991. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>>. Acesso em: 12 Mar. 2018. Página 04; 1991.

⁷ FISCHER, Marta Luciane et al. Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos** [en línea] 2017, 24 (Abril-Junio) : Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386151662007>> ISSN 0104-5970>. Acesso em: 12 mar. 2018. Página 04; 2017.

⁸ FISCHER, Marta Luciane et al. Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos** [en línea] 2017, 24 (Abril-Junio) : Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386151662007>> ISSN 0104-5970>. Acesso em: 12 mar. 2018. Página 04; 2017.

Enquanto a humanidade ainda buscava conhecer o meio em que vivia, o mercado consumidor era, sobretudo, cada vez mais crescente, necessitando de produtos e serviços dos quais o ímpeto capitalista precisava a todo custo suprir a demanda do mercado consumidor.

Houve, então, a necessidade de enriquecimento acelerado dos grandes fabricantes de produtos, iniciando-se uma fase acelerada de consumo, cada vez mais estimulada pela mídia que descobriu no marketing uma ferramenta para o aumento da margem de lucro, e pela cultura das comunidades, onde ter um produto da “moda” era ao mesmo tempo símbolo de status social.

Paralelamente a isso, a própria ciência e a sociedade divergiam quanto a preocupação de uma direção natural do ciclo da natureza, enquanto, até hoje, cientistas utilizam-se da teoria de que o homem irá acabar com todos os ecossistemas, outros alegam que se trata de um ciclo natural da Terra, como nos períodos da Era do gelo.

O homem esteve, durante muitos milênios, em dualidade com a natureza, enquanto que o homem da antiguidade tentava romantizá-la, o homem da modernidade tentava domá-la e agora o homem contemporâneo tenta conviver e sobreviver paralelamente em conjunto com a natureza, coabitando pacificamente este planeta.

Nas décadas de 1950 a 1970, movimentos do período pós-guerra ganharam força, como o movimento negro, o movimento feminista, o pacifista, assim como tantos outros grupos sociais fomentados por um período de efervescência política e ideológica, tanto nos Estados Unidos como na Europa e no resto do mundo, que, não diferente, também fomentou a criação dos movimentos ecológicos, como o *Greenpeace* e organizações, como a ONU.⁹

Do radicalismo dos militantes dos anos de 1950 a 1970, ao modelo politizado das organizações ambientalistas, a pauta do meio ambiente, aliado com o crescimento da sociedade, fez surgir uma opinião pública considerável

⁹ TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade**: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2001. Página 05; 2001.

em defesa do meio ambiente, principalmente diante das mudanças climáticas em que o planeta vem sofrendo.

Na contemporaneidade, diante de diversas temáticas como o efeito estufa, o desmatamento e dos diversos acidentes com produção de energia nuclear e petróleo, a sociedade moderna começou a observar o desaparecimento de algumas espécies de animais e a mudança de alguns ecossistemas. Estas alterações resultaram em um debate maior para a comunidade científica e política em torno de questões ambientais.

Ferraro Júnior¹⁰ compreendem que a negligência das nações, e de grandes corporações colaboraram para o surgimento de um movimento ideológico que visa não somente a preservação natural, mas também questiona o capitalismo, o consumismo e, ao mesmo tempo, preocupa-se com uma agenda de gestão pública consciente e preservacionista:

A não realização dos projetos transformadores associados ao ambientalismo deu lugar a desdobramentos de outra ordem. Com a produção científica sobre limites ambientais e sua sistematização no âmbito das grandes instituições internacionais, no final da década de 1960, criaram-se as condições para a eclosão pragmática do campo ambientalista. Em escala mundial, surgiram os órgãos públicos de gestão ambiental e as ONGs ambientalistas. Em seguida, viu-se a entrada das questões ambientais na mídia, nos partidos, nas empresas e nas instituições de pesquisa e ensino.¹¹

2 O Meio ambiente no contexto atual

Durante muitos séculos, a ação do homem foi exploratória e destrutiva, e os Estados viram-se negligentes ao adotar medidas mais agressivas mediante a importância do mercado e fortalecimento da soberania nacional, abrindo mão da preservação ambiental das fontes do próprio país.

¹⁰ FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Busca de eficácia da agenda ambiental: para além do reducionismo político. **Sustentabilidade em Debate**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 127 - 140, dez. 2016. ISSN 2179-9067. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/19149/15871>>.

Acesso em: 12 mar. 2018. Página 06; 2016.

¹¹ FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Busca de eficácia da agenda ambiental: para além do reducionismo político. **Sustentabilidade em Debate**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 127 - 140, dez. 2016. ISSN 2179-9067. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/19149/15871>>.

Acesso em: 12 mar. 2018. Página 06; 2016.

O meio ambiente começou a ser apresentado e discutido nos desenhos infantis, nas escolas, nos filmes, nos telejornais e até entrou na pauta de governos e empresas ligadas a exploração natural, surgindo a era da cultura sustentável.

A preocupação mundial com a produção industrial e o manejo dos resíduos industriais e urbanos, culminaram no desenvolvimento de tecnologias de reaproveitamento de materiais e na produção de materiais recicláveis. Globalmente, empresas, organizações não governamentais e governos pautam o desenvolvimento sustentável da econômica global de forma a diminuir o impacto no meio ambiente.¹²

Hoje, pode-se dizer que há grandes empresas que lucram com o reaproveitamento de materiais, com o desenvolvimento da engenharia de materiais, e engenharia ambiental, dentre outras áreas da ciência. Há um grande leque de desenvolvimento de métodos que encontraram, nas medidas alternativas, maneiras de crescer, desenvolver e ainda lucrar de forma mais consistente e assertiva.

Porém, é necessário um engajamento mundial em práticas cada vez mais articuladas e politicamente conectadas, de forma a estimular uma consciência mais ecológica e práticas de mercado menos destrutivas que possam permear o crescimento e desenvolvimento equilibrado e que proporcionem, de forma resolutiva, a prática de ações sustentáveis que estimulem outros parceiros.

Muitos países vem trabalhando com a construção de uma sociedade moderna mais sustentável, não somente sob o ponto de vista ecológico, mas, sobretudo da economia, da qualidade de vida da população e do uso consciente e inteligente dos recursos naturais e do destino dos resíduos.

Vasconcellos¹³ discute que a agricultura colaborou com o ritmo da degradação ambiental, não somente pelo alto consumo, mas pelo

¹² TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade**: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2001. Página 07; 2001.

¹³ VASCONCELLOS, G. F. O colapso energético e ecológico do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. V. 6, n. 3. 2016. Disponível em: <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/291/667>>. Acesso em: 12 mar. 2018. Página 07; 2016.

desmatamento de grandes áreas e pelo uso de agrotóxicos. E, neste sentido, aponta que a revolução de agricultura de massa iniciada após a Segunda Guerra Mundial pôde abrir um outro capítulo na história da humanidade.

Discute-se, dentro desta conceituação, a possibilidade de observar um grande dilema da atualidade que é a produção alimentar que pudesse fornecer alimento a uma quantidade cada vez maior de pessoas no mundo e, ao mesmo tempo, em corrente contrária, desenvolver uma agricultura sustentável.

A utilização da biomassa no Brasil colocou o país no centro das energias renováveis, conhecidas como energia verde. Nos anos de 1970, a discussão acerca da utilização do combustível vegetal em substituição ao combustível fóssil foi encarada de maneira muito cética, principalmente pelos países produtores de petróleo em grande escala, como os Estados Unidos.¹⁴

Assim, surge o debate em volta de energias verdes, sustentáveis que pudessem, em ritmo industrial, suprir a sociedade para um futuro sem energias poluentes. A energia verde tornou-se uma nova fase do marketing para o desenvolvimento de uma imagem positiva das empresas, assim como este ideal foi absorvido por grandes empresas interessadas na pauta da sustentabilidade.

O discurso ambientalmente correto se tornou bandeira de diversos movimentos sociais que visam não somente a preservação do meio ambiente, mas também o desenvolvimento de comunidades de baixa renda, com a utilização da reciclagem e reaproveitamento de materiais e, também, com empresas em utilizar a sustentabilidade na redução de perdas e no crescimento sustentável.¹⁵

2.1 O meio ambiente do ponto de vista global

¹⁴ VASCONCELLOS, G. F. O colapso energético e ecológico do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. V. 6, n. 3. 2016. Disponível em: <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/291/667>>. Acesso em: 12 mar. 2018. Página 08; 2016.

¹⁵ SORNBERGER, Neimar Afonso et al. A consolidação do movimento ambientalista e da educação ambiental no Brasil e no mundo: algumas perspectivas históricas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], p. 301-317, maio 2014. ISSN 1517-1256.

Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4452/2804>>. Acesso em: 12 mar. 2018. Página 08; 2014.

É possível observar em projetos sociais a inserção de reaproveitamento de materiais recicláveis como mecanismo de promoção social e uso consciente de materiais, ora antes descartados pela sociedade. Porém, o problema ambiental é muito mais macro que micro, sem deixar de ser discutida a educação ambiental em âmbito global.

Neste sentido, Carvalho et al¹⁶., compreendem que a problemática do meio ambiente não está atrelada a um único Estado, sendo inclusive um problema global associado a globalização, onde organizações transnacionais, Estados e populações devem contribuir afim de evitar um risco maior para a existência humana, e ainda diz

Os riscos ambientais são difusos em sua origem, não se sabe como devem ser enfrentados ou quem tem a responsabilidade de agir para enfrentar os efeitos dos riscos. Os riscos ambientais ultrapassam fronteiras, pois a extensão da causa e da consequência é desconhecida e indefinida. O risco pode ser individual ou coletivo, pois a cada instante da vida podem sobrevir ameaças ou perigos e, ele está associado às diversas atividades executadas pelo ser humano. Consequentemente, os riscos e perigos são percebidos em escala planetária, causando a destruição do meio ambiente e da humanidade.¹⁷

Diante disso, diversos Estados preocupados com os riscos ambientais, principalmente aqueles que utilizam de recursos naturais para turismo ou para a produção principal do seu produto interno bruto, começaram a se preocupar primeiro com o destino do meio ambiente diante da falta da mudança nos panoramas de exploração.

Governos de países emergentes viram no uso sustentável de suas riquezas naturais a possibilidade de fortalecimento da economia e no amadurecimento do seu posicionamento político global. Por outro lado, países

¹⁶ CARVALHO, Sonia Aparecida de; SOBRINHO, Liton Lanes Pilau; ZIBETTI, Fabiola Wust. Globalização e Riscos Ambientais e Ecológicos: Consequências Da Sociedade Moderna. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.3, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/12101/6993> Acesso em 12 mar. 2018. Página 09; 2017.

¹⁷ CARVALHO, Sonia Aparecida de; SOBRINHO, Liton Lanes Pilau; ZIBETTI, Fabiola Wust. Globalização e Riscos Ambientais e Ecológicos: Consequências Da Sociedade Moderna. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.3, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/12101/6993> Acesso em 12 mar. 2018. Página 09; 2017.

produtores de petróleo utilizam a extração mineral como forma de fortalecimento de regimes autoritários e fortalecimento da sua posição regional. Desta forma, torna-se importante discutir a sustentabilidade dentro das políticas de gestão.¹⁸

As divergências da legislação ambiental nos mais diversos países possibilitam uma dicotomia das relações globais com o meio ambiente, enquanto que os países mais desenvolvidos da Europa assinaram o Acordo de Paris na redução de emissão de poluentes, e com políticas de fortalecimento de carros elétricos e que caminham para a extinção de carros movidos a combustíveis fósseis.

O que versa o direito ambiental sob uma perspectiva mundial refere-se a uma avaliação de que deve ser um marco a ser traçado por governos de todos os países, de forma a contribuir com um direcionamento a qual os países, empresas e pessoas possam guiar suas ações de forma justa e na manutenção de todo o ecossistema mundial.

Neste ponto, Souza¹⁹ comenta:

Todo impacto provocado e todo dano gerado devem ser reparados. A reparação do dano deverá ser total, incumbindo ao causador repor a parte lesada ao *statu quo ante*, reparando integralmente o dano causado. Dessa forma, exige-se um novo conceito em matéria de classificação de certos bens. Desde o Direito Romano, classificavam-se os bens da natureza como *res nullius* - coisa de ninguém; e, no âmbito ambiental, tais bens não eram considerados como custos pela economia convencional. A partir de uma visão holística do meio ambiente, surge a consciência da necessidade da incorporação das externalidades da produção nos custos quando uma determinada conduta atentar contra a economia ambiental. Os princípios que informam o Direito Ambiental traçam os rumos e as condições fundamentais para a construção da sociedade sustentável, capaz de garantir a vida com qualidade, fornecendo um indicador seguro para a atuação dos governos, dos setores

¹⁸ LIMA, J. R. T.; LIMA, C. R. M. Discurso, complexidade e sustentabilidade ambiental em organizações. **Revista Produção e Desenvolvimento**. V. 1, n. 2. 2015. Disponível em: <<http://200.9.149.159/index.php/producaoedesarrollo/article/view/77/98>>. Acesso em: 12 mar. 2018. Página 10; 2015.

¹⁹ SOUZA, Paulo Roberto Pereira de. Os princípios do direito ambiental como instrumentos de efetivação da sustentabilidade do desenvolvimento econômico. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 289-317, out. 2016. ISSN 21798699. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/705/508>>. Acesso em: 12 Mar. 2018. Página 10; 2016.

produtivos, da sociedade em geral, bem como da comunidade internacional de nações na formulação e na construção da nova ordem jurídico-econômica.

Assim, discute que o direito ambiental não pertence apenas a um país, mas também direciona o entendimento de que é um direito global, que deve ser construído com todos os países de forma a estabelecer uma relação homem/meio ambiente de maneira sustentável, e que respeite o crescimento e desenvolvimento de forma eficiente.

Outro aspecto relevante é a educação ambiental, de forma que esta educação seja inserida no âmbito escolar. Porém, apesar da produção de conteúdo educacional ser, em sua maioria, de organizações não governamentais, é um dever do Estado prover educação nas variadas temáticas, em todas as camadas sociais, de forma a popularizar o conhecimento e, conseqüentemente, produzir ações que visem contribuir com a preservação da natureza e a criação de um sujeito ecológico.²⁰

Este ideal da criação de uma identidade do sujeito ecológico possibilita que a comunidade desenvolva uma cultura da preservação e, ao mesmo tempo, estimule o uso consciente dos recursos naturais, como a água, o que melhora a qualidade de vida e também favorece a um crescimento sustentável. Porém, é possível também pensar que a população, ao desenvolver uma identidade única no meio ambiente, também aprende a cobrar de forma globalizada as ações de outros povos.

Ao analisar a conjuntura do direito ambiental construído sob uma perspectiva mundial, deve-se abandonar questões nacionais, uma vez que o meio ambiente é um todo, onde ultrapassa fronteiras e todos os povos podem sofrer da mesma maneira.

Assim, Souza e Nascimento²¹ afirmam:

Os espaços públicos transnacionais mostram-se adequados para conjugação entre Direitos Humanos e Fundamentais, como o

²⁰ BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis: Vozes. 2017. Página 11; 2017.

²¹ SOUZA, Elaine Gonçalves; NASCIMENTO, Eliana Maria de Senna. Direito ambiental planetário e transnacionalidade: uma possibilidade de correção da deterioração do planeta. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 78-94, dez. 2014. ISSN 2238-0604.

Disponível em:

<<https://seer.imes.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/594/516>>.

Acesso em: 12 mar. 2018. Página 11; 2014.

direito à vida e um meio ambiente sustentável, os quais podem garantir a permanência da humanidade no Planeta indefinidamente, revelado pela Fraternidade entre os homens e, tendo como princípio basilar a Solidariedade, emergindo a necessidade da Sociedade caminhar para a construção de novos espaços, para além das fronteiras nacionais em face de necessidades de dimensões ambientais, econômicas, sociais e tecnológicas, os quais interessam para a sobrevivência infinita da humanidade e do Planeta [...] A quebra de paradigmas estabelecidos pela humanidade foi afrontada pelos efeitos da globalização, ofertando interferências do modelo de Estado Constitucional Moderno e, impulsionam para uma redefinição do conceito tradicional de soberania, porque os modelos trazidos pela modernidade mostram-se frágeis diante do panorama mundial em que se vive e, o transpasse estatal revela-se inevitável, impondo a transformação da soberania atual, flexibilizando-a ou modificando-a.

Esta abordagem abre espaço para a construção coletiva de diretrizes legais e cooperação entre as nações em um modelo único de controle ambiental.

Há uma dicotomia de entendimento quanto a preservação do meio ambiente, como exemplo, países que possuem uma legislação diferente, autorizando órgãos a agir de forma questionável, sob o ponto de vista moral, gerando, muitas vezes, conflitos diretos com organizações ambientais sediadas em outros países.²²

O desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis, como os painéis para captação de energia solar em países com abundância de luz solar, como o Brasil, os moinhos de energia eólica produzidos pela Holanda e o avanço da empresa Tesla na produção de carros elétricos, trás para a comunidade internacional uma nova esperança neste século XXI.

Neste ponto, é importante o incentivo a projetos de sustentabilidade para incutir na população o desejo pela inovação, por romper os padrões de consumo e de processos diários da vida.

Desta maneira, o sujeito é, dentro de uma comunidade, responsável pela transformação local, criando uma cultura sustentável, que serve não somente no fomento a criatividade e na criação de novas ideias e tecnologias,

²² LIMA, J. R. T.; LIMA, C. R. M. Discurso, complexidade e sustentabilidade ambiental em organizações. **Revista Produção e Desenvolvimento**. V. 1, n. 2. 2015. Disponível em: <<http://200.9.149.159/index.php/producaoedesarrollo/article/view/77/98>>. Acesso em: 12 mar. 2018. Página 12; 2015.

mas no suporte governamental em implementar novas ideias e propostas sustentáveis.

Esta visão de sustentabilidade veio com o marco da energia verde, hoje difundida em países mais desenvolvidos, pois encontraram na busca por energias renováveis uma nova corrida econômica por tecnologias novas, apoiadas por pautas ambientalistas, mas que estão também respaldadas por novos panoramas de lucro.²³

Desta forma, a sociedade mundial vem buscando soluções que diminuam o impacto ambiental, mesmo que este esforço não seja visto na maioria dos países, e a cooperação internacional. sob a perspectiva ecológica, ainda é muito pequena. Esforços científicos e políticos começaram a surtir efeito na busca por compromissos sociais e governamentais em volta desta temática.

Países que dividem um mesmo ecossistema precisam encontrar soluções conjuntas de proteção ambiental e a exploração sustentável dos recursos naturais, de maneira a não desequilibrar o meio ambiente, e manter, de forma consciente, uma estrutura de vida natural que não vá desaparecer no futuro.²⁴

Esta compreensão é plausível a partir do momento em que se encontra um mesmo ecossistema em países diferentes, sob o ponto de vista de que uma nação quer sempre estar à frente de outra, não somente no quesito da sobrevivência regional, mas também na oportunidade de utilização exclusiva das fontes naturais e no crescimento econômico do país.

Os movimentos ambientalistas vivem uma dualidade de interesses, que, por um lado, está estreitamente ligada a preservação ambiental, a movimentos puramente tradicionais na linha de frente das ações e, por outro lado, os grupos mais politizados e ideologicamente ligados a ao movimento

²³ MATIAS, E. F. P. **Humanidade contra as cordas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014. Página 13; 2014.

²⁴ SORNBERGER, Neimar Afonso et al. A consolidação do movimento ambientalista e da educação ambiental no Brasil e no mundo: algumas perspectivas históricas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.I.], p. 301-317, maio 2014. ISSN 1517-1256.
Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4452/2804>>. Acesso em: 12 mar. 2018. Página 13; 2014.

político ambiental, cujo foco de atuação são as reuniões, corredores, a mesa de negociação e nos bastidores. Desta forma, é necessária a atuação conjunta de diversos grupos sociais com o objetivo de enfrentar um mundo capitalista e globalizado.

Neste sentido, existe uma grande barreira dentro da sociedade associada as grandes elites que observam o movimento ambientalista como mais um movimento anarquista que poderá diminuir suas margens de lucro com a sua atuação. Assim, sem uma consciência ética e moral, certos grupos de elite desenvolvem ações contra a corrente mundial, menosprezando, até mesmo, dados científicos quando aos danos ambientais.

3 Metodologia

A tratou-se de uma revisão bibliográfica que, entre as revisões, é a mais ampla, permitindo a inclusão de diversos estudos para uma compreensão aprofundada do tema analisado.

Para Prodanov e Freitas²⁵, a revisão bibliográfica busca sintetizar e reunir os resultados de diferentes pesquisas sobre um tema específico, com base no objetivo traçado. Esta metodologia de pesquisa reúne estudos de diferentes fontes, de forma complementar, com foco nos seus resultados.

Foram selecionados artigos publicados em língua portuguesa, disponíveis na íntegra nos bancos de dados. Também foram utilizadas teses disponíveis nos acervos das universidades brasileiras. Não foi estabelecido um período temporal do ano de publicação dos estudos, entretanto foram priorizadas as literaturas publicadas nos últimos cinco anos.

4 Discussão

²⁵ PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE. 2013. Página 14; 2013.

Philippi e Zicarelli²⁶ destacam que para a compreensão do direito ambiental transnacional as organizações e pessoas devem entender que a sustentabilidade transcende um objetivo a ser alcançado e deve ser vista como uma filosofia de vida, ampla, que deve ser praticada e levada, para correção de todos os danos causados pela humanidade a natureza, ao longo dos séculos. Neste sentido, é reforçada a importância da construção de um direito transnacional, que trate da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável.

Entretanto, pensar em um direito transnacional pode não ser tão fácil assim, uma vez que os problemas e desafios são ampliados em uma escala muito maior de complexidade. O meio ambiente, enquanto tema transnacional, possui aspectos difusos uma vez que a sua titularidade é planetária, e requer ações de cooperação entre os Estados, sociedades e organizações para a sua utilização sustentável. A organização política global não favorece as demandas transnacionais pela manutenção do meio ambiente, uma vez que o perfil de soberania dos Estados não beneficia o pensamento planetário de responsabilização pela preservação da natureza, uma mesma que o meio ambiente é um bem comum, que transcende as fronteiras.²⁷

Segundo Souza e Nascimento²⁸, a ideia do individual e do Estado Nacional devem ser abandonadas para que o transnacionalismo ambiental esteja sempre em primeiro plano no que se refere a preservação do meio ambiente, enquanto patrimônio mundial, sendo de responsabilidade e de posse

²⁶ PHILIPPI, Patricia Pasqualini; ZICARELLI, Leonardo. O direito transnacional ambiental e a proteção do direito ao desenvolvimento humano. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.8, n.3, 3º quadrimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791. Página 15; 2013.

²⁷ CRUZ, P. M.; BODNAR, Z. Cosmopolitismo e governança transnacional-ambiental: uma agenda para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Direito Ambiental e Sociedade**, v. 6, n. 1. 2016. Disponível em: http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cosmopolitismo_e_governanca_transnacional_ambiental_uma_agenda_para_o_desenvolvimento_sustentavel.pdf. Acesso em: 30 abr. 2018. Página 15; 2016.

²⁸ SOUZA, E. G. W.; NASCIMENTO, E. M. S. Direito ambiental planetário e Transnacionalidade: uma possibilidade e correção da deterioração do planeta. **Revista Brasileira de Direito**, v. 10, n. 1. 2014. Disponível em: <https://seer.imes.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/594/983>. Acesso em: 30 abr. 2018. Página 15; 2014.

de todos, bem como das futuras gerações. Desta forma, o ser humano deve associar a sua existência, bem dos seus filhos, netos e bisnetos, a manutenção do meio ambiente, mediante o estabelecimento de normas globais que devem ser igualmente respeitadas por todas as Nações.

Contudo, segundo Toledo e Naves²⁹, algumas questões ainda não são totalmente esclarecidas no que tange ao estabelecimento de normas para danos ambientais causados por empresas transnacionais, por exemplo. De acordo com os autores, o problema inicia-se na mensuração do dano ambiental causado, o qual ainda não possui um ordenamento jurídico específico para este fim, o que dificulta a sua responsabilização. O segundo problema enfrentado é o atrelamento jurídico da empresa, ora baseado na localização da empresa sede, ora naquele Estado em que o dano ambiental ocorreu. Deste fato somente reforça a ímpeto capitalista sobre as questões ambientais, e os interesses de Estado em detrimento da preservação e recuperação do meio ambiente.

Desta forma, Tomaz e Lemos Filho³⁰ destacam que somente um direito transnacional seria capaz de conduzir e ordenar as questões ambientais de cunho transnacional. Desta forma, o direito deve transcender os Estados nacionais e os seus territórios, bem como superar as resistências das antigas práticas econômicas e comerciais baseadas no lucro a todo custo, passando por cima da preservação do meio ambiente. Este novo direito deve ser esférico, ou seja, global, e sobrepor a estrutura clássica do direito hierarquizado, mudando totalmente o atual paradigma jurídico. Dentro da dimensão jurídica da sustentabilidade, a estrutura institucional e normativa do direito transnacional

²⁹ TOLEDO, A. P.; NAVES, B. T. O. **Direito internacional do meio ambiente**. Belo Horizonte: ESDH,

2017. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/publicacoes/t5ssa9m9/3bo57c8i/038vB8xXyQi6Lw43.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018. Página 16; 2017.

³⁰ TOMAZ, Roberto Epifanio; LEMOS FILHO, Tarcísio Germano de. Um Novo Paradigma Jurídico à Sustentabilidade: Direito Transnacional. **Revista da Faculdade de Direito. Centro Universitário Padre Anchieta**

– **UNIANCHIETA**. Jundiaí, São

Paulo. Ano 12, n. 18, p. 48-65, 1.º Semestre de 2012. Disponível em:

<http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/direito/pdf/direito18.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018. Página 16; 2012.

deve prever a proteção do meio ambiente e a sua conservação para as gerações futuras.

Considerações finais

O mundo passa por transformações constantes, fronteiras são rediscutidas e problemas globais são enfrentados conjuntamente entre as nações. Enquanto há a busca pela legitimidade da soberania nacional, há também uma outra corrente que busca uma integração maior na busca por resolutividade de problemas globais.

As mudanças climáticas e a preservação do meio ambiente fazem parte da pauta de ambientalistas e governos do mundo todo, e a necessidade de jurisprudência, jurisdição e legislações que busquem as nações desenvolverem ações que visem a garantias de proteção legal ao meio ambiente, sobretudo aos biomas transnacionais, bem como de crimes ambientais transnacionais.

Por fim, se faz necessária uma maior colaboração jurídica e do poder público entre as nações, de forma a garantir a sustentabilidade do crescimento e da existência humana sem romper com a extinção da natureza como a conhecemos, uma vez que a atual legislação ambiental ainda é insuficiente para atingir os objetivos da qual ela foi proposta.

Referência das fontes citadas

ANDRADE, P. P. A emergência do direito transnacional ambiental. **Revista de Direito Internacional**, v. 13, n. 3. 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/4491/pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis: Vozes. 2017.

CARVALHO, Sonia Aparecida de; SOBRINHO, Liton Lanes Pilau; ZIBETTI, Fabiola Wust. Globalização e Riscos Ambientais e Ecológicos: Consequências Da Sociedade Moderna. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.12, n.3, 3º quadrimestre de 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/view/12101/6993> Acesso em 12 mar. 2018.

CATAFESTA, S. R. Transnacionalismo: estado de direito laico e equilibrado. **Revista Justiça do Direito**. V. 27, n. 2. 2013. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/4682>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CRUZ, P. M.; BODNAR, Z. Cosmopolitismo e governança transnacional-ambiental: uma agenda para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Direito Ambiental e Sociedade**, v. 6, n. 1. 2016. Disponível em: <http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/cosmopolitismo_e_governanca_transnacional_ambiental_uma_agenda_para_o_desenvolvimento_sustentavel.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, dez. 1991. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio. Busca de eficácia da agenda ambiental: para além do reducionismo político. **Sustentabilidade em Debate**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 127 - 140, dez. 2016. ISSN 2179-9067. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/19149/15871>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

FISCHER, Marta Luciane et al. Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos** [en linea] 2017, 24 (Abril-Junio) : Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=386151662007>> ISSN 0104-5970>. Acesso em: 12 mar. 2018.

LASMAR, J. M. O direito internacional e o transnacionalismo. **Revista Brasileira de Direito Internacional**. V. 2, n. 2. 2016. Disponível em: <<http://www.indexlaw.org/index.php/direitointernacional/article/view/1648/pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

LIMA, J. R. T.; LIMA, C. R. M. Discurso, complexidade e sustentabilidade ambiental em organizações. **Revista Produção e Desenvolvimento**. V. 1, n. 2. 2015. Disponível em: <<http://200.9.149.159/index.php/producaoedesarrollo/article/view/77/98>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

MATIAS, E. F. P. **Humanidade contra as cordas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2014.

PHILIPPI, Patricia Pasqualini; ZICARELLI, Leonardo. O direito transnacional ambiental e a proteção do direito ao desenvolvimento humano. **Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de PósGraduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI**, Itajaí, v.8, n.3, 3º quadrimestre de 2013. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico**: metodos e tecnicas da pesquisa e do trabalho academico. 2 ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE. 2013.

SORNBERGER, Neimar Afonso et al. A consolidação do movimento ambientalista e da educação ambiental no Brasil e no mundo: algumas perspectivas históricas. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S.l.], p. 301-317, maio 2014. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/4452/2804>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SOUZA, E. G. W.; NASCIMENTO, E. M. S. Direito ambiental planetário e Transnacionalidade: uma possibilidade e correção da deterioração do planeta. **Revista Brasileira de Direito**, v. 10, n. 1. 2014. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/594/983>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

SOUZA, Elaine Goncalves; NASCIMENTO, Eliana Maria de Senna. Direito ambiental planetário e transnacionalidade: uma possibilidade de correção da deterioração do planeta. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 10, n. 1, p. 78-94, dez. 2014. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/594/516>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

SOUZA, Paulo Roberto Pereira de. Os princípios do direito ambiental como instrumentos de efetivação da sustentabilidade do desenvolvimento econômico. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 289-317, out. 2016. ISSN 21798699. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/705/508>>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

TAVOLARO, S. B. F. **Movimento ambientalista e modernidade**: sociabilidade, risco e moral. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2001.

TOLEDO, A. P.; NAVES, B. T. O. **Direito internacional do meio ambiente**. Belo Horizonte: ESDH, 2017. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/t5ssa9m9/3bo57c8i/038vB8xXyQi6Lw43.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

TOMAZ, Roberto Epifanio; LEMOS FILHO, Tarcísio Germano de. Um Novo Paradigma Jurídico à Sustentabilidade: Direito Transnacional. **Revista da Faculdade de Direito. Centro Universitário Padre Anchieta – UNIANCHIETA**. Jundiaí, São Paulo. Ano 12, n. 18, p. 48-65, 1.º Semestre de 2012. Disponível em: <http://www.portal.anchieta.br/revistas-e-livros/direito/pdf/direito18.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2018.

VASCONCELLOS, G. F. O colapso energético e ecológico do capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. V. 6, n. 3. 2016.

Disponível em: <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/291/667>>.
Acesso em: 12 mar. 2018.